

## Mais subsídios encarecerão conta de luz dos consumidores<sup>1</sup>

O Brasil tem um problema que seria invejável, a sobra de energia, e, ainda mais, com participação de 85% de fontes limpas, renováveis. Para os consumidores, essa bênção, que deveria reduzir as tarifas progressivamente, tornou-se um tormento. A conta de luz não deixa de aumentar e o preço da energia brasileira é um dos maiores do mundo, pelos subsídios aprovados pelo Congresso, que, ao longo do tempo, elevaram ainda mais a oferta de energia e os preços, em um círculo que poderia ser virtuoso, mas não é. A aprovação em minutos da MP 1304, relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-PA), mostrou não só a incúria e a permeabilidade do Congresso aos lobbies, como sacramentou, como tem sido hábito, mais contas para o consumidor pagar. Além disso, ratificou subsídios para usinas a carvão até 2040.

O motivo da MP foi aumentar a isenção do consumo de energia elétrica para as camadas de baixa renda, inscritas no Cadastro Único, cujo limite subiu para 80 MW. Mas não há benefício a um setor da sociedade que, passando pelo Congresso, não corra o risco de ser “democratizado” ou estendido a segmentos que dele não necessitam. Um deles é o do carvão, a energia mais poluidora do planeta, que teve subvenções empurradas até 2040, ou de geração de energia a gás longe das fontes de fornecimento, que vem saltando de um projeto a outro até atingir o objetivo de ampliar negócios de um núcleo ínfimo de empresários com grande influência entre os parlamentares.

Afora o benefício ao carvão, e a retirada das vantagens para a geração a gás — vetada pelo presidente Lula em outro projeto, mas cuja veto será avaliado pelo Congresso —, foi aprovada uma solução para o grave problema do “curtailment”, a interrupção compulsória do fornecimento de energia por parte da geração distribuída, usinas solares e eólicas. A falta de planejamento produziu uma situação exótica, que é a existência de excesso de energia quando há pouca demanda e do acúmulo de demanda quando a energia sobrante é incapaz de atuar, a partir do fim da tarde. A oferta abundante das fontes renováveis em horários fora do pico do consumo tem de ser interrompida frequentemente para não produzir apagões no sistema. Vários setores bateram à porta da Aneel, o órgão regulador do setor, cobrando resarcimentos pela energia não fornecida.

O Congresso encontrou saída simples para um problema complexo — cobrar os custos dos consumidores. Estima-se que isso sobreendará a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), onde são descarregados todos os subsídios passados, presentes e futuros, em mais R\$ 7 bilhões.

Há vários aspectos extravagantes na MP, cuja preocupação alegada, além de isentar a energia consumida pelos mais pobres, era evitar que as tarifas para

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/mais-subsidios-encarecerao-conta-de-luz-dos-consumidores.ghtml>

Acessado em 04.11.2025

os demais consumidores fossem sobrecarregadas, como acabaram sendo. A CDE no orçamento de 2025 foi estimada em R\$ 49,2 bilhões, e até setembro esses subsídios atingiram R\$ 39,2 bilhões, em uma conta que não para de crescer.

A fórmula encontrada para colocar um teto nessa despesa foi congelar o montante pelo pico de 2025, corrigindo-o pela inflação. Em nenhum momento se discutiu a redução dos subsídios, sua conveniência, sua eficácia para os objetivos a que se propunham ou um prazo para que gradualmente fossem extintos. Como ocorre com os demais subsídios, tudo indica que vieram para ficar.

Os subsídios são uma das fontes dos problemas atuais. A boa causa do estímulo às energias renováveis exigiu, corretamente, incentivos à energia solar e eólica e à geração distribuída (GD) para que no futuro substituíssem energias poluentes, como as termelétricas a gás e usinas a carvão. Com o barateamento e a expansão dessas fontes, os incentivos deveriam encolher, mas não foi o que aconteceu. Não só o montante para eles cresceu, como continuaram com subvenções as fontes poluentes.

Até 15 de agosto de 2023, o total da geração de energia eólica, solar e Geração Distribuída era de 60 GW, capacidade que deu um salto para 88 GW em junho de 2025, com 46% de alta, para um consumo que aumentou apenas 7% (Edvaldo Santana, Valor, 25 de junho). A GD, de fonte solar, que combina placas solares em residências e fazendas solares comerciais, consumiu R\$ 21 bilhões em 2024 e 2025 em subsídios. Para quem solicitou instalação até janeiro de 2023, o Congresso estendeu os benefícios até 2045. Para quem veio depois, até 2029.

Assim, o Brasil tem até 240 GW de capacidade de geração, com utilização que não chega à metade. Mesmo a energia disponível tem um duplo preço: o decorrente do que foi fixado nos leilões, mais agora o resarcimento por não poder ser usada plenamente, pelo risco de apagões sucessivos. Com ajuda do Congresso, a maior parte dos lobbies mantém interesses preservados, em prejuízo dos consumidores, que não têm poder de pressão algum. A Medida Provisória aprovada é péssimo exemplo, e teme-se que está longe de ser o último.